

Sumário

Número de notícias: 18 | Número de veículos: 11

O LIBERAL - BELÉM - PA - POLÍTICA
ANFIP

Seguridade - APOSENTADOS 3

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Relatório da legalização de jogos de azar sai esta semana 4

FOLHA DE S. PAULO - SP - COTIDIANO
SEGURIDADE SOCIAL

Paulistanos dependem de doação, xepa e até lixo para matar a fome 5

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
SEGURIDADE SOCIAL

Falta de verba trava perícias do INSS em ações judiciais 9

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
SEGURIDADE SOCIAL

Previdência deve gastar R\$ 32,8 bi a menos este ano 10

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
SEGURIDADE SOCIAL

Brasil amplia abertura para compras públicas 11

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Semana decisiva no debate sobre as emendas de relator (Editorial) 12

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
ECONOMIA

Nó das emendas no Congresso 13

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA

Próximo presidente enfrentará maior risco desde o Plano Real 15

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Economia monitora nova cepa de covid 19

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

PEC dos Precatórios: equívocos e tolices (Artigo) 20

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Pessimismo no Brasil afeta a AL (Editorial) 21

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
SERVIDOR PÚBLICO

O difícil ambiente para a economia em 2022 - SERGIO LAMUCCI 22

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

Projeções indicam PIB "parado" no 3º tri 23

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA

Mercado põe "risco covid" novamente no radar 24

Segunda-Feira, 29 de Novembro de 2021

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA

"Consumidor trocou celular por papel higiênico e comida na Black Friday"25

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA

Real supera pares em novembro e tem brecha para valorização27

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA

Crescimento estrutural entra no radar do BC28

Seguridade - APOSENTADOS

EMÍDIO REBELO FILHO

A **Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita** Federal do Brasil (**Anfip**) e Fundação **Anfip** de Estudos Tributários e da **Seguridade Social** publicaram a 21ª edição da sua análise anual (2020) e dizem que "reflete os esforços despendidos pela **Anfip** e sua fundação, para entender os mecanismos engendrados pelos Governos que tentam, por todas as formas, mostrar que o Orçamento da **Seguridade Social** já não suporta conceder tantos benefícios a população carente de um país corroído pela corrupção e constantemente saqueado por maus gestores e políticos descompromissados com a Pátria." É lamentável que tal ocorrência ainda esteja presente na gestão da **Seguridade Social**.

CORREÇÃO

Aposentados, pensionistas e pessoas idosas não se conformam e entendem que os recursos financeiros, arrecadados e disponibilizados no Orçamento da **Seguridade Social**, não podem, nem devem ser utilizados em outras áreas e sim aplicados, exclusivamente, na saúde, na assistência social e na **previdência social**, conforme estabelecido na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, artigos 194 a 203. É premente e urgente que se faça a correção desse malfeito e para isso o Congresso Nacional tem que impedir a transferência de recursos pelo instrumento Desvinculação de Receitas da União, a famigerada DRU, eliminando-a definitivamente, fortalecendo o desempenho da **Seguridade Social**.

EXCLUSIVIDADE

Há mais de 17 anos escrevemos neste espaço, defendendo a **Seguridade Social** como está consagrada na Constituição Cidadã. Temos como fundamento e fonte de informações as análises publicadas e divulgadas amplamente pelos Auditores Fiscais da **Anfip** e Fundação **Anfip**. Em todo esse tempo, verificamos que os recursos financeiros disponibilizados nessa conta, não foram aplicados com a exclusividade determinada constitucionalmente. Sempre houve a subtração para aplicação em outras áreas, em flagrante prejuízo ao desempenho eficiente da **Seguridade Social**. É um procedimento que não corresponde com o estabelecido e que precisa ser corrigido definitivamente.

DESTAQUE

A propósito, destacamos, igualmente, o resultado da investigação procedida pela Comissão Parlamentar de Inquérito, CPI da **Previdência Social**, composta de Senadores da República, no qual foram detalhados os desvios, transferências, subtrações e todas as formas de retiradas de recursos, não só do Orçamento da **Seguridade Social**, mas da **Previdência Social** quando esta ainda se constituía dos Institutos de Aposentadoria e Pensões, os IAP's. Como exemplo, citamos apenas o desvio para a construção de Brasília: US\$52,5 bilhões. Imaginemos esses valores corrigidos na atualidade!

RECONHECIMENTO

Já é tempo, portanto, de se reconhecer que as trabalhadoras e os trabalhadores brasileiros têm contribuído, decisivamente, para o desenvolvimento do país e merecem toda a consideração pelo que construíram e ainda constroem, mesmo que estejam afastados do mercado de trabalho como aposentados e pensionistas. Sem proventos das aposentadorias e pensões não deixaram de estar presentes na contribuição do desenvolvimento econômico e social, inclusive, hoje, um grande número desse contingente de pessoas, detém as despesas domésticas e familiares, visto que a falta de emprego não permite a entrada de jovens no mercado de trabalho.

14º SALÁRIO

A Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados, no dia 24, quarta-feira passada, aprovou o 14º salário aos participantes do Regime Geral de **Previdência Social** (RGPS), segurados do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**). O Projeto de Lei tramita em caráter conclusivo e ainda será analisado pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania. Aprovado nesta Comissão será enviado ao Senado Federal. Se aprovado pelos Senadores, dependerá de sanção do presidente da República. Como dissemos anteriormente, não será por falta de recursos que a concessão deixará de ser aprovada.

BONDADE "Quando somos bons para os outros, somos melhores para nós mesmos" (Benjamin Franklin).

Site:

<https://digital.maven.com.br/pub/oliberaldigital/index.jsp?serviceCode=login>

Relatório da legalização de jogos de azar sai esta semana

Raphael Di Cunto

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187076?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187076?page=1§ion=1

Paulistanos dependem de doação, xepa e até lixo para matar a fome





Mariana Agunzi e Karime Xavier

A pandemia, a crise econômica e a alta da **inflação** deixaram ainda mais visíveis um velho problema brasileiro: a fome. Cenas de pessoas buscando doações, alimentos rejeitados por supermercados e até lixo se tomaram comuns no país -e se repetem na cidade de São Paulo.

Pessoas que vivem nas mas e famílias sem renda travam, dia a dia, uma batalha para não dormir de estômago vazio. No fim das contas, elas até comem; não por ação do poder público, mas pela solidariedade da população.

É o empreendedor da feira que troca a ajuda no desmonte da barraca por legumes e frutas da xepa. É a funcionária da limpeza urbana que separa, e doa, a comida boa que iria para o lixo. São os projetos, ONGs e associações civis que oferecem refeições a quem precisa.

Enquanto as ofertas de emprego formal se concentram no centro da capital paulista, bairros periféricos, como Pa-relheiros ou Jardim Ângela, têm 0,5 emprego para cada 10 habitantes em idade ativa, de acordo como último Mapa da Desigualdade de São Paulo. Nesses locais, as pessoas se viram como podem.

Calçadas, até então dominadas por homens, passam a ser também o lar de mulheres e crianças. Para estimar a população que vive nas ruas, a prefeitura antecipou o censo, e espera divulgá-lo até me -ados de 2022. Os dados sobre moradores de rua devem corroborar uma situação já bem visível: o aumento do número de famílias.

São, em sua maioria, famílias chefiadas por mulheres que buscam comida para levar para casa. Aqui, essas pessoas contam suas rotinas para aplacar a fome.

* HOJE VOU JANTAR UMA GORDURINHA Maria Lúcia Monteiro, 59

Moro aqui no Jardim Papai Noel [comunidade em Parelheiros] há um tempão. Ontem fui buscar o Bolsa Família e saquei só R\$ 102. Não dá para fazer muita coisa, não. Então eu como na casa da minha filha e

com ajuda das doações da Ellen [que é líder comunitária].

Tenho geladeira em casa, está velhinha. Essa gordurinha aqui eu peguei ontem no açougue e vou fazer hoje na lenha para comer. Eu não paguei, foi o açougue que me deu. Não tenho fogão a gás. Como vou comprar gás? Não tenho dinheiro nem para a comida.

Tenho uma filha e mais dois meninos que não moram aqui. Um deles vende bala no farol. Moramos eu e meu marido, mas não trabalhamos por causa de hérnias na coluna. Eu mal consigo andar.

Quando eu acho feijão ou arroz no lixo, eu trago para comer. Ontem encontrei mortadela mofada; raspei, fritei e comi. Tem coisa no lixo que tem até bicho. Um dia achei feijão, mas tinha até pedra, então tive que lavar e cozinhar de novo.

Hoje vou jantar a gordurinha. Amanhã é outro dia, e aí a gente corre atrás de novo.

FAZ UMA SEMANA QUE ESTOU NA RUA Ana Paula Santos, 33

Eu morava numa ocupação ali perto da avenida Celso Garcia [zona leste], mas houve uma reintegração de posse e tive que sair. Faz uma semana que eu estou na rua com meu marido e meu filho. Estamos procurando outra ocupação para viver.

Recebemos doações, e tem o núcleo São Martinho, do padre Júlio Lancellotti, onde a gente toma banho e almoça. Algumas pessoas ajudam doando mantimentos, que eu cozinho. Faço aqui no álcool, no nosso fogãozinho [latas de refrigerante, tijolos e uma grade].

O Ryan [filho de 5 anos] vai para a escola, mas ela fica lá perto de onde eu morava. Agora, preciso pedir a transferência dele para uma mais próxima, por aqui, para poder continuar.

Na ocupação que eu vivia eu tinha cama, televisão, fogão. Tinha até um botijão de gás que eu vendi para não perder na hora da reintegração. Como poderia carregar todas essas coisas?

Agora a rotina é assim: almoçamos cedo, no padre Júlio, tomamos banho e voltamos para baixo do viaduto atrás de doação. É assim que a gente vive, um cuidando e ajudando o outro.

SE NÃO ACHO COMIDA NO LIXO, NÃO COMO Tiago Bastos de Santana, 24 Eu moro aqui na rua do Juventus, na Mooca, mas sou de Diadema. Sou da

rua. Quando me veem no semáforo pedindo comida, algumas pessoas ajudam, outras não. Algumas xingam, outras nem olham.

Eu não consegui sacar o auxílio emergencial porque perdi meu RG. Tentei tirar outro, mas havia uma queixa de desaparecimento que a minha mãe fez, então achei melhor não. Eu saí de casa porque dava muito trabalho para minha mãe. Problema com droga, sabe?

Fazem uns oito meses que eu estou na rua. Eu vim para cá na pandemia. E quando você está sem máscara, as pessoas ficam com mais medo de doar. Por causa de tocar, elas têm medo de ficar perto.

Tem dia que eu durmo com muita fome, fico sem comer. E aí eu vou procurar no lixo; se eu acho, eu como. Se não encontro nada, não.

Se eu pudesse escolher alguma coisa para o ano que vem, eu queria voltar a ter uma vida normal. Mas não dá mais, não. A rua vira um vício, depois que você começa a pedir, fica difícil sair.

DEIXO DE COMER PARA COMPRAR O GÁS Dona Teresa, 74 Moro numa kitnet que comprei nos anos 1980. Venho aqui [centro de SP] todo fim de feira para pegar comida. Ganho um auxílio do **INSS**, mas estou cuidando de um parente doente. Então pego o que sobra e desmonto bancas em troca de legumes, verduras e frutas.

Comprar comida a gente até compra, mas daquele jeito, a opção mais barata. O preço dos alimentos está muito alto. Eu deixo de comer coisas para comprar o gás. Se eu quero frango ou carne suína, porque a de boi não dá, eu procuro demais. Tenho que andar muito para conseguir um preço bom.

Esse limão que eu peguei aqui no chão, por exemplo, eu espremo, coloco na geladeira e uso para limpar minhas painéis de alumínio. A comida que eu ganho divido com meu parente.

Vamos ver até quando isso vai, porque o seu Bolsonaro não está preocupado com a população. Ele está é preocupado com a reeleição.

NÃO TENHO COMO COMPRAR CARNE Sueli Mendes, 59 Vivo numa ocupação na avenida do Estado. Venho aqui [no viaduto do Glicério] sempre à noite, para comer. Ninguém da minha família [a filha, o genro e os netos] tem renda fixa.

Nós vendemos água, bala, pipoca e amendoim no farol. Dá para tirar uns trocadinhos, mas na pandemia ficou mais difícil; tem menos gente na rua, e mesmo

agora, com as coisas reabrindo, as pessoas ainda têm medo de chegar perto.

Comida a gente até tem, mas de doação; as pessoas nos dão marmita ou cesta básica. Se eu fosse comprar seria difícil, porque o dinheirinho que entra é pouco. Não tenho auxílio do governo, tentei pedir mas exigia muitos documentos, eu não consegui.

Vamos levando a vida assim. Não tem como comprar carne, essas coisas. Antes da pandemia até estava bom, mas depois... Não está tendo venda nenhuma. A única renda vem de Deus.

TEM DIAQUE NÃO TEMOS O QUE COMER Maria José Cardoso Pires, 45 Moro nessa barraca [num galpão próximo à Igreja Pentecostal Deus é Amor, no Cambuci] há uns quatro meses. Recebemos doação, ajuda, e todo mundo aqui da comunidade compra alguma coisa.

Por exemplo: ninguém doa tempero, então a gente compra. Hoje eu comprei cheiro-verde, coentro e batata, e ganhamos bacalhau dos meninos que nos ajudam. Todos os dias fazemos nossa comidinha, e todo mundo aqui da comunidade come.

Nós somos contra as pessoas que pegam marmitas de doação e saem vendendo. Daqui sai refeição para muitos -é pouco, mas dá para todo mundo! Mesmo quem não colabora pode comer.

Eu só tenho o auxílio emergencial do governo, mas agora falaram que vai acabar, né? A última parcelinha eu saquei no dia 9. Tem dia que nós não temos o que comer, mas nos viramos. A gente vai atrás e consegue de novo! Eu coloco uma roupa que eu ganho de bazar ali, para vender, pego o dinheiro e compro comida de novo. Sou a cozinheira oficial da comunidade.

ESTAMOS NESSA LUTA PARA CONSEGUIR COMER Creuza Cardoso Souza, 55 Estamos morando aqui em frente à ocupação [perto do Carrefour do Cambuci] desde o incêndio, em outubro. Cinco barracos pegaram fogo, e os outros foram danificados com água quando os bombeiros chegaram. Está tudo interditado.

No dia do incêndio, minha filha adotiva, que eu cuido aqui na comunidade, tinha acabado de ganhar nenê. Então imagina ela com um recém-nascido nessa situação?

Nós recebemos bastante doação. Moro há 20 anos na ocupação e tenho Bolsa Família. Antes das casas pegarem fogo, eu conseguia me manter com o benefício e com cesta básica de uma igreja evangélica.

Agora, estamos nos alimentando assim: quando recebemos cesta básica, ou quando grupos chegam aqui com marmita e lanche. Estamos nessa luta.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49744&anchor=6446234&pd=acf097a2a31dfc2f6e3e6f94f50e1cad>

Falta de verba trava perícias do INSS em ações judiciais

INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS, pessoa jurídica de direito público, representada(a) pelo membro da Advocacia-Geral da União infra-assinado, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, requerer o que segue.

Não será possível o recolhimento, no prazo estipulado, do valor devido a título de honorários periciais, por ausência de dotação orçamentária.

Neste sentido, apenas após a aprovação pelo Congresso Nacional por maioria absoluta e a emissão dos títulos do Tesouro Nacional seria materialmente possível o pagamento decorrente dos ônus processuais e das condenações judiciais impostas ao INSS. A dotação orçamentária em questão foi aprovada para os pagamentos do ano corrente, mas a verba afetada não foi suficiente a toda a despesa, sendo certo que os recursos disponibilizados já foram esgotados.

Desse modo, aguarda-se abertura de créditos suplementar para quitação dos valores devidos nestes autos.

Sendo assim, e por se tratar aqui de fato facilmente constatável, senão público e notório, e cuja solução não se encontra ao alcance do réu, requer o sobrestamento da decisão que determina o depósito, até que haja recursos suficientes à quitação.

A fim de não prejudicar o andamento processual, sugere-se seja designada e realizada a perícia/visita e diferido o pagamento dos honorários para momento posterior.

Ofício do INSS à Justiça; o dinheiro para as perícias se esgotou

JULIA AFFONSO

O Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) está informando às varas da Justiça Estadual em São Paulo que não há mais dinheiro para pagar perícias médicas de segurados que solicitam benefícios em casos de acidente, o que tem deixado os beneficiários sem os pagamentos.

Desde outubro, procuradores federais que atuam em nome do órgão têm apresentado a mesma explicação em diferentes processos: não há verba, e "os recursos disponibilizados já foram esgotados".

A falta de dinheiro tem levado a duas situações. Em alguns casos, a Justiça suspendeu processos, o que atrasa o pagamento dos benefícios às pessoas.

Em outros, peritos têm aceitado trabalhar sem saber quando vão receber. Nas ações, o **INSS** tem solicitado que perícias sejam autorizadas com pagamento "para momento posterior." Tanto **INSS** quanto o Instituto Brasileiro de Perícias Médicas (IBPM) afirmam não ter dados sobre o número de ações paradas. Neste ano, já foram realizadas 611 mil perícias na Justiça Federal. Para perícia médica, os valores dos honorários variam entre R\$ 370 e R\$ 870 e seguem resolução do Conselho Nacional de Justiça.

CASOS PARADOS. Um açougueiro de 57 anos, que preferiu não se identificar, está com a perícia parada na 5.ª Vara Cível de Guarulhos (SP). Em 2014, ele sofreu um acidente enquanto carregava alimentos em um supermercado. Rompeu um tendão no ombro e foi afastado.

Em 2016, após ter o benefício suspenso, recorreu à Justiça e conseguiu revalidá-lo. Em agosto deste ano, recorreu ao Judiciário de novo, mas o processo parou após o **INSS** alegar falta de dinheiro.

O açougueiro não consegue fazer o exame para tentar reaver o auxílio de R\$ 1,7 mil. Se ele vencer a ação, o **INSS** terá de pagar os valores atrasados. A advogada Lucimara de Menezes Freitas, que o representa, diz nunca ter visto essa situação.

Já a vigilante Suelene Maria da Silva Santos, de 45 anos, conseguiu agendar o exame mesmo depois de o **INSS** ter dito que não havia verba. Ela sofreu um acidente de moto no ano passado e quebrou o braço esquerdo. Passou por uma cirurgia e voltou a trabalhar, mas ainda tem sequelas.

"Meu braço perdeu força. Não consigo segurar algo pesado por muito tempo", disse ela, que tenta reaver o benefício.

A perita médica Cláudia Gomes aceitou trabalhar no caso mesmo sem saber quando receberá o pagamento. Ela disse que, assim como outros colegas, recebeu pela última vez em setembro. "A gente continua tendo de cumprir nossos prazos, mas fico sem saber como vou pagar minhas contas." Em ofícios anexados às ações o **INSS** diz que o pagamento depende de aprovação do Congresso. "A dotação orçamentária em questão foi aprovada para os pagamentos do ano corrente, mas a verba afetada não foi suficiente a toda a despesa", afirma o órgão.

Com sucessivos rombos nas contas públicas, o governo tem precisado bancar despesas correntes com recursos obtidos via emissão de dívida, o que normalmente é vedado pela chamada regra de ouro, mas pode ser feito após autorização especial do Congresso. O crédito para este ano, que servirá como essa autorização especial, ainda não foi aprovado pelos parlamentares.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Previdência deve gastar R\$ 32,8 bi a menos este ano

Edna Simão

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187076?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187076?page=1§ion=1

Brasil amplia abertura para compras públicas

Assis Moreira

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187076?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187076?page=1§ion=1

Semana decisiva no debate sobre as emendas de relator (Editorial)

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187076?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187076?page=1§ion=1

Nó das emendas no Congresso



Luiz Carlos Azedo

Bateu um desespero no Palácio do Planalto em relação à PEC dos Precatórios e à Medida Provisória do Auxílio Brasil, que caduca no dia 7 de dezembro. O gargalo é o Senado, onde enfrenta grande resistência da oposição. Há duas semanas, o líder do Governo na Casa, senador Fernando Bezerra (MDB-PE), tenta um acordo para votar a PEC dos Precatórios, sem sucesso.

Hoje, uma preliminar deve esquentar o debate sobre a PEC dos Precatórios. O PRN 4/2021 do Congresso Nacional, que cria regras para a destinação de emendas ao Orçamento da União, será votado na Câmara dos Deputados, às 14h, e no Senado, às 16h. A resolução é uma tentativa de liberação das emendas do chamado "orçamento secreto", cuja execução foi suspensa por liminar da ministra do Supremo Tribunal Federal Rosa Weber, por falta de transparência, decisão depois referendada pelo plenário da Corte.

De comum acordo com o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), tenta uma saída salomônica: garantir transparência apenas para as emendas que ainda não foram pagas, com o argumento de que aquelas que já foram executadas são impossíveis de serem rastreadas.

Estima-se que R\$ 30 bilhões em emendas foram executadas secretamente, sem nenhum controle dos órgãos de fiscalização, para beneficiar a base do governo. O Supremo quer que o Congresso dê transparência às emendas do "orçamento secreto", mas Pacheco e Lira resolveram confrontar a decisão, com o argumento de que não tem efeito retroativo, ou seja, as emendas já pagas continuarão em sigilo.

Tapa na cara

O relator da matéria, o senador Marcelo Castro (MDB-

PI) tenta mitigar a proposta para conseguir aprová-la. "Não se pode demonizar as emendas de relator, que sempre existiram e continuarão existindo, na minha percepção. Eu defendo que seja estipulado um limite para esses recursos e que sejam fortalecidas as emendas de bancada e de comissões, analisadas por parlamentares que possuem amplo conhecimento sobre os temas específicos e as demandas prioritárias de seus estados", afirma.

O projeto apresentado pelas Mesas do Senado e da Câmara limita o valor das emendas de re-lator-geral, que passariam a ser direcionadas apenas para políticas públicas previstas em parecer preliminar. Marcelo Castro garante que seu relatório cumprirá à risca a decisão liminar do Supremo Tribunal Federal (STF), que suspendeu as emendas de relator até que o Congresso reveja essa modalidade de despesa. Mas há controvérsias.

O senador Alessandro Vieira (Cidadania-SE), um dos autores do pedido de liminar que barrou as emendas, critica duramente a proposta de Lira e Pacheco. "É um tapa na cara do cidadão." Segundo ele, o projeto não prevê a destinação e permite a manipulação dos recursos sem nenhum controle.

Impacto em programas sociais

A Comissão Senado do Futuro marcou para hoje, às 9h, uma audiência pública para debater os impactos da PEC dos Precatórios sobre os programas sociais. A reunião atende requerimento do presidente do colegiado, senador Izalci Lucas (PSDB-DF). Participam do debate a professora da USP e ex-ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome Tereza Campello e o sociólogo Floriano Pesaro. Também são aguardados representantes do Ministério da Cidadania e da Consultoria Legislativa do Senado. (Agência Senado)

O que está em jogo

PEC dos Precatórios

A expectativa do governo é aprovar a PEC dos Precatórios na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado amanhã. A proposta é fundamental para o presidente Jair Bolsonaro, porque cria condições para o pagamento do Auxílio Brasil, por meio da mudança no cálculo do teto de gastos e do novo regime para o pagamento de precatórios. Acontece que vários jabutis foram embarcados no

projeto, que não especifica a destinação dos recursos. O senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE), líder do governo e relator da PEC dos Precatórios ainda tenta um acordo para aprovação, que pode ser a vinculação do espaço fiscal com as despesas na área de assistência social.

paralelo, no qual esses precatórios serão comprados com deságio para depois serem utilizados na compra de ativos da União e pagamento de dívidas tributárias. Pelas regras atuais, os credores desses precatórios recebem 15% do valor no primeiro ano e o restante nos cinco anos seguintes em parcelas iguais.

Auxílio Brasil

O Auxílio Brasil pode chegar a 20 milhões de famílias, em vez das 14,6 milhões atuais, o que vai "zerar" a fila de candidatos no Cadastro Único. São aproximadamente 50 milhões de pessoas beneficiadas com piso de R\$ 400. Hoje o benefício médio é de R\$ 224,41, contra os R\$ 186,68 do Bolsa Família. O projeto é a aposta do presidente Jair Bolsonaro para recuperar a popularidade e viabilizar a reeleição. Bezerra avalia que o texto traz regras fiscais que não impactam significativamente o endividamento da União, mas essa não é a opinião dos especialistas.

Dívidas da União

Nos cálculos do governo, as dívidas da União, que hoje representam 80,8% do Produto Interno Bruto (**PIB**), em 2021 (em 2020 o **PIB** foi de R\$ 7,4 trilhões), chegarão a 81%. Sem a PEC, a despesa com precatórios seria de R\$ 89,1 bilhões em 2022, ou 0,95% do **PIB** projetado para o ano que vem, um aumento de 78,7% em relação ao total pago em 2020 (R\$ 49,9 bilhões) e de 60,2% sobre o valor de 2021 (R\$ 55,6 bilhões). Em 2010 foram pagos R\$ 14,3 bilhões com o cumprimento de sentenças judiciais, ou 0,35% do **PIB** daquele ano.

Teto de gastos

Uma das mais polêmicas alterações da PEC dos Precatórios é a mudança do cálculo do limite das despesas primárias da União, o chamado teto de gastos, criado em 2016 e previsto para terminar em 2036, como parte do chamado Novo Regime Fiscal. O Ministério da Economia revisou o cálculo do teto de gastos para 2022 e, pelo novo método, o governo poderá gastar no ano que vem R\$ 106,1 bilhões a mais do que poderia com a legislação atual, incluindo R\$ 43,8 bilhões obtidos com a redução do pagamento dos precatórios.

Mercado

O adiamento do pagamento dos precatórios pelo Executivo deve gerar pendências da ordem de R\$ 1,2 trilhão, em 2036, se as expectativas de **inflação** do Banco Central (BC) se confirmarem. Mesmo no cenário mais otimista, em números atuais, esse estoque de precatórios não pagos pode chegar a R\$ 348,4 bilhões, o que vai gerar um grande mercado

Próximo presidente enfrentará maior risco desde o Plano Real

Fernando Canzian

O próximo presidente da República enfrentará o mais complexo desafio econômico desde o Plano Real: reformar o Estado para que ele caiba no Orçamento, abortando a deterioração em curso -com baixo crescimento, alta do dólar, da **inflação** e da dívida pública.

Segundo a Folha apurou, há consenso nas equipes dos prováveis candidatos à Presidência de que a consolidação fiscal será a prioridade em 2023. Sem ela, o país continuaria em crise permanente ou mais grave que a atual, minando rapidamente o capital político de quem for eleito.

A divergência está em como alcançá-la: mais rápido ou em um período estendido, com regras para que o Brasil volte a gerar superávits primários para estabilizar ou reduzir a dívida pública.

Na prática, seria necessário economizar, entre o que o governo arrecada e gasta (sem contar juros), cerca de R\$ 300 bilhões (4% do **PIB**) por alguns anos. Como comparação, a estimativa oficial deste ano é de R\$ 96 bilhões de déficit.

Em nenhum outro período desde o Plano Real (1994), o Brasil cresceu por vários anos seguidos e gerou empregos como nos anos em que manteve as contas em ordem e produziu superávits primários.

Com poucas exceções, os melhores anos para a economia se deram entre 1998 e 2013, período em que o Brasil enfrentou crises internacionais e domésticas sem impactos de longo prazo. No auge, em 2010, o país chegou a crescer 7,5%, com a **inflação** sob controle.

Desde 2014, no entanto, o Brasil acumula déficits primários, o que levou a uma explosão do endividamento público. O resultado tem sido o baixo crescimento e o aumento do desemprego e da pobreza extrema.

Para tentar controlar o gasto, o Brasil tem desde 2016 o chamado teto de gastos, que limita o aumento da despesa à **inflação**. Mas essa regra está sendo burlada agora com a aprovação da PEC dos Precatórios, que possibilitará gastos "extrateto"

superiores a R\$ 106 bilhões.

Assim como no Plano Real, que domou a hiperinflação, a consolidação fiscal demandará atacar várias frentes. Repetindo a experiência do plano anti-inflacionário, o destino da reforma fiscal pode determinar o futuro do país nos próximos anos.

Mas, segundo especialistas, ao contrário de mudanças cruciais recentes -como a reforma da Previdência (2019) ou a lei que instituiu o teto (2016)- desta vez não se trata só de aprovar uma ou outra PEC (proposta de emenda à Constituição). Mas de construir acordos políticos e sociais para mexer com grupos de interesse.

Entre eles, sindicatos ligados ao funcionalismo, que resistem à reforma administrativa; empresas e setores que absorvem mais de R\$ 300 bilhões ao ano em subsídios; e parlamentares, que se apropriam cada vez mais de recursos do Orçamento com emendas para suas bases.

À frente da equipe econômica de Jair Bolsonaro (sem partido), o ministro Paulo Guedes (Economia), afirmou na semana passada, em audiência no Congresso, que o furo no teto foi consequência de decisão "da classe política". Mas que seguirá perseguindo a consolidação fiscal.

Guedes promete entregar a despesa primária do governo (sem contar juros) em 18,4% como proporção do **PIB** no último ano de governo -um pouco abaixo dos 19,5% de 2019.

Recentemente, auxiliares do ministro chegaram a propor ao presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), que encampasse a articulação política em torno de um grande ajuste. Mas a ideia não prosperou diante da decisão de Pacheco de apresentar-se como candidato à Presidência no ano que vem.

O economista Affonso Celso Pastore, articulador do programa de Sergio Moro (Podemos), também sinalizou que a construção de um novo arcabouço fiscal será prioridade. Segundo ele, o programa de Moro deve se dar em torno desse objetivo.

No PT, que deve ter Lula candidato, há reconhecimento de que os melhores anos do partido

na Presidência foram aqueles em que o país gerou superávits primários.

Segundo o economista Nelson Barbosa, ligado ao partido (mas que diz não falar em nome do PT), a necessidade da consolidação fiscal "vai se impor".

"Quem vencer no ano que vem terá de reduzir a incerteza. A dúvida é se a consolidação fiscal será pró-povo ou pró-mercado", afirma Barbosa, que é colunista da Folha.

No primeiro caso, diz, poderia haver aumento do gasto em 2023 para reforçar programas sociais, mas que seriam cobertos por economia em outras áreas ou aumento da arrecadação a partir de mudanças na tributação.

Conselheiro de Ciro Gomes (PDT), o economista Mauro Benevides defende alterar o atual teto de gastos, retirando da conta os investimentos públicos, que passariam a variar de acordo com a receita.

Mas Benevides defende a consolidação fiscal e já sugeriu corte de 15% em subsídios tributários a empresas e a taxação de dividendos para aumentar a arrecadação.

João Doria, escolhido no sábado (27) candidato pelo PSDB, também já deu declarações garantindo o compromisso com o equilíbrio das contas públicas, algo perseguido no governo de São Paulo.

O economista Samuel Pessôa, do Instituto Brasileiro de Economia da FGV, é um dos que defendem até algum aumento da carga tributária no caminho da consolidação fiscal.

"Após a eleição, vai ficar mais claro quanto a sociedade vai querer gastar. Pode-se mudar o teto, mas será preciso aprovar reformas que garantam a sustentabilidade das contas públicas", diz Pessôa, também colunista da Folha.

"Parece haver um consenso. A discussão é sobre a composição do ajuste, com mais carga tributária ou a partir de um enxugamento do Estado."

Para o economista e ex-presidente do Banco Central Arminio Fraga, "na campanha eleitoral, os candidatos vão fazer o de sempre [promessas que demandam gastos]. Mas, no privado, vão "beijar a cruz" [da austeridade fiscal]", acredita.

"O que não está claro é como fazê-lo. E não podemos nos iludir de que isso se faz da noite para o dia; ou que três pontos [percentuais] a mais de superávit resolvem. Será preciso rever prioridades em um

Estado que gasta 79% com folha salarial e Previdência", diz Fraga, que também assina coluna no jornal.

Sérgio Vale, economista-chefe da MB Associados, afirma que, dada a fragmentação partidária atual, o próximo presidente terá dificuldades políticas enormes para obter consenso em torno de um novo arcabouço fiscal.

"Em 2002, quando tínhamos uma crise de confiança e Lula venceu, ele manteve a austeridade e os superávits com uma base suprapartidária, com PT, PSDB, [e os então] PMDB e PFL. Havia também a pressão externa do FMI [o Brasil era devedor no Fundo] e um clima internacional reformista. Isso não está presente agora", afirma.

Vale acredita, no entanto, que o tamanho da dívida pública e os oito anos consecutivos de déficits primários (desde 2014) levarão a "alguma acomodação" em 2023. "Nada muito relevante e duradouro, mas é possível que haja um freio de arrumação de curto prazo", afirma.

Alessandra Ribeiro, economista da Tendências Consultoria, também não aposta em reformas ambiciosas que levem a uma consolidação fiscal mais profunda e permanente.

"No geral, a classe política não parece preparada para esse tipo de discussão, de revisar as bases de gastos, como os sociais ou em saúde e educação. O normal tem sido sempre mudar as regras para poderem gastar mais", afirma.

A Tendências já abandonou a estimativa de que o Brasil deixaria de ter déficits primários a partir de 2025 -sobretudo por causa da expectativa de crescimento menor da economia em 2022 e do furo no teto de gastos com a PEC dos Precatórios.

Para Zeina Latif, economista-chefe da XP Investimentos, um ponto positivo é que tem ficado claro que "a sociedade não tolera mais inflação elevada".

Embora tenha causas ligadas à pandemia e ocorra em vários países, o surto inflacionário brasileiro tem relação direta com a disparada do dólar, que já subiu quase 45% desde que o início do governo Bolsonaro -pressionando commodities como alimentos e petróleo.

A constante instabilidade política provocada pelo presidente e as dúvidas sobre a sustentabilidade das contas públicas têm levado investidores a se proteger no dólar. Agora, com a alta dos juros em curso, a dívida pública subirá mais rápido, podendo deteriorar

um quadro já muito desfavorável.

"Parece bastante claro que o Brasil terá de recuperar a disciplina fiscal. Apesar dos discursos [que possam ter na campanha], os candidatos sabem que esse é o elemento fundamental", diz Latif.

A economista lembra, no entanto, que a aplicação do teto não evitou "a má gestão fiscal" recente. E, mesmo que medidas complexas e abrangentes sejam tomadas, o Brasil terá mais dificuldade do que no passado para sustentar um crescimento mais elevado.

"Na comparação com outras crises [como em 2002 e 2015-2016], o Brasil não tem mais o mesmo bônus demográfico [percentual de jovens entrando na força de trabalho], os indicadores de qualidade no ensino médio estão estagnados e a taxa de desemprego estrutural ficará mais alta. Tudo isso reduz o crescimento potencial do país".

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49744&anchor=6446234&pd=acf097a2a31dfc2f6e3e6f94f50e1cad>

Brasil piorou quando desequilibrou contas públicas

Economia para controlar dívida

Superávit primário, em % do PIB

Crescimento econômico

Variação do PIB, em %

Taxa de desemprego

Em %

Inflação pelo IPCA

Em %

Cotação do dólar

Final de período, em R\$

Pobreza extrema**

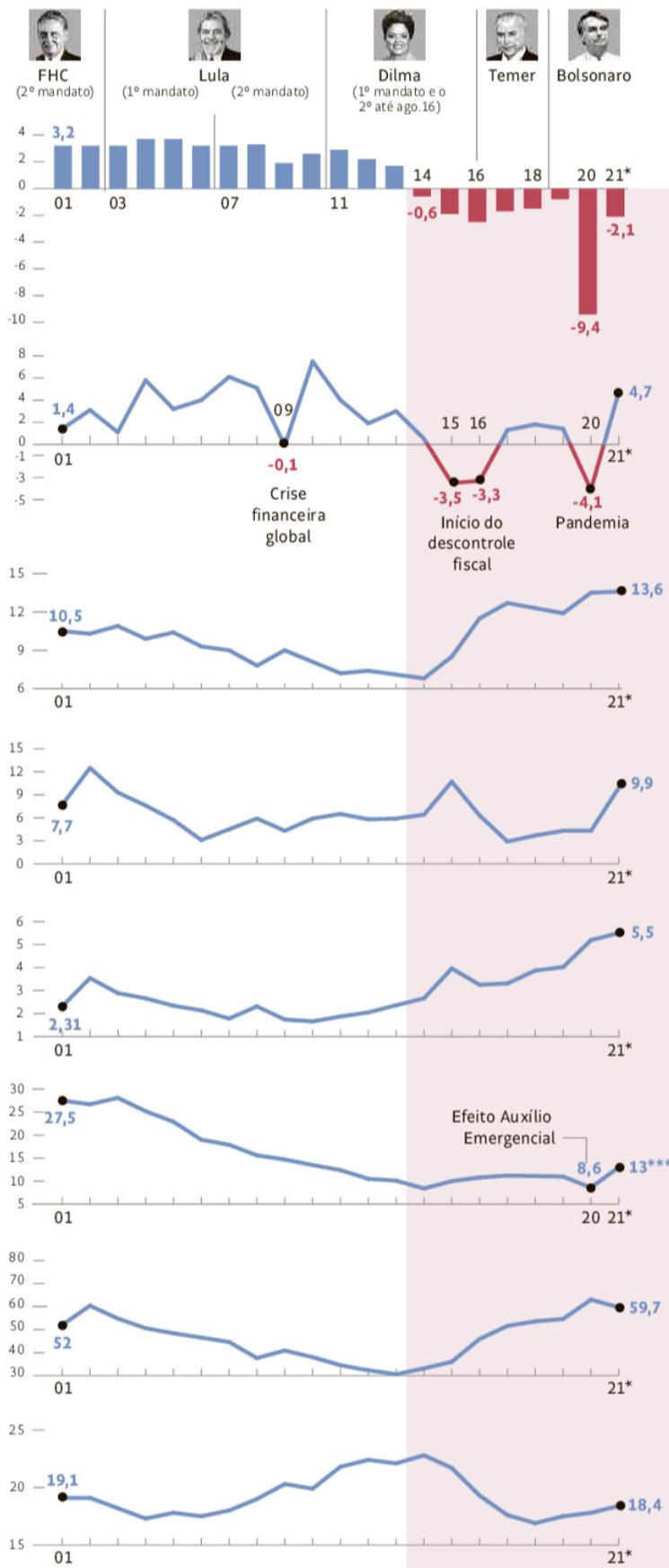
Em % da população

Dívida líquida

Em % do PIB

Taxa de investimento

FBCF, em % do PIB



*Previsão MB Associados

**Renda domiciliar per capita até R\$ 261

(a preços de 2021), a partir dos microdados harmonizados da PnadC e da Pnad Covid do IBGE. Para 2020, estimativa preliminar pela Pnad Covid

*** Média abr.-jul.21, com Auxílio Emergencial de R\$ 150 a R\$ 375 Fonte: MB Associados, FGV Social, Ministério da Economia, IBGE, Banco Central, FMI

Economia monitora nova cepa de covid

BÁRBARA NASCIMENTO

O Ministério da Economia acompanha a evolução da nova variante da covid-19, batizada de Ômicron e identificada pela primeira vez no continente africano. A percepção na pasta é de que o governo já tem experiência na detecção da crise sanitária e de sua potencial intensidade, mas a forma como a equipe econômica colocará em prática qualquer programa de ajuda extra dependerá do andamento da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) dos Precatórios.

"Estamos monitorando", informou uma fonte da equipe econômica ontem, completando: "A região Norte, nas situações anteriores, foi um bom indicador antecedente da possível intensidade da crise sanitária para o restante do País. Se houver agravamento, vamos adotar as medidas necessárias".

A PEC alivia o pagamento de precatórios (dívidas da União definidas na Justiça) e abre R\$ 106,1 bilhões em espaço no teto de gastos (regra que atrela despesas à **inflação**) em 2022, para bancar, por exemplo, o Auxílio Brasil, substituto do Bolsa Família. A votação está marcada para ocorrer no Senado nesta semana. A percepção é de que, se a PEC não passar, um possível socorro não caberia dentro do teto, e a única alternativa seria abrir um crédito extraordinário para comportar a ajuda.

"Vamos ver se temos ou não a PEC", pontuou esta fonte.

Conforme a Constituição, créditos extraordinários só podem ser abertos para cobrir despesas comprovadamente "imprevisíveis e urgentes", caso de guerras ou calamidades públicas, por exemplo.

A intenção do governo é votar a PEC dos Precatórios amanhã tanto na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) quanto no plenário. Na sexta-feira, contudo, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, disse não garantir que a PEC será votada nesta semana, após pressões por mudanças.

O PSD, partido de Pacheco e que tem a segunda maior bancada, age para adiar a votação e ameaça dar votos contra se não houver alterações.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

PEC dos Precatórios: equívocos e tolices (Artigo)

Claudio Adilson Gonzalez

Mesmo os críticos mais duros da PEC 23/2021, que trata dos precatórios, não têm dado o destaque devido à impropriedade do argumento de que a postergação do pagamento dessas obrigações seria uma maneira de financiar outras despesas sem ferir o teto de gastos. Na verdade, isso abre espaço fiscal apenas do ponto de vista legal, mas não econômico. O problema do governo não é de pagamento, pois tem recursos em caixa e pode emitir títulos públicos, mas apenas orçamentário.

Assim, em termos de finanças públicas, mais do que um equívoco, a proposta do governo, como colocada, é uma tolice.

A função do teto de gastos, em última instância, é manter sob controle a dívida do governo, evidenciando o problema da escassez de recursos públicos, o que conduziria a uma discussão mais responsável do Orçamento.

Mas, quando a União perde uma ação em instância final, mesmo que a lei limite a emissão dos precatórios, como pretende a PEC, a despesa já ocorreu, embora ainda não tenha sido paga, e a dívida pública já aumentou, não a mobiliária, mas a relativa a essas sentenças irrecorríveis, o que em termos econômicos dá no mesmo. Assim, pagar os precatórios tempestivamente aumentando a dívida mobiliária ou empurrar o pagamento com a barriga tem o mesmo efeito sobre a evolução do passivo da União. Mas a alternativa proposta pelo governo tem a enorme desvantagem de manchar a credibilidade do Tesouro Nacional em relação a honrar seus compromissos.

A última versão do parecer do relator, senador Fernando Bezerra, não corrige esses e outros problemas da péssima proposta inicial do governo, piorada na Câmara. Ao contrário, cria falsas soluções como, por exemplo, a alteração redacional que deixa clara a possibilidade de formação de um mercado secundário entre devedores e credores da União. Essa medida tem sido enaltecida por vários senadores, inclusive pelo presidente Rodrigo Pacheco, mas certamente acarretará perdas ao credor.

Isso porque quem comprar um crédito de precatório, para compensar compromissos que tem ou venha a

assumir com o governo, obviamente só o fará mediante um deságio.

Outro ponto preocupante no parecer do relator é excluir os programas para a redução da vulnerabilidade socioeconômica de famílias em situação de pobreza ou extrema pobreza das limitações impostas pela Lei de Responsabilidade Fiscal. É inegável a necessidade de políticas sociais voltadas a socorrer esse segmento da população, mas isso tem de ser feito com o corte de outras despesas ou com a criação de outras receitas, jamais com o comprometimento da saúde das contas públicas.

O governo Bolsonaro, com a ajuda do Centrão, está destruindo as regras fiscais que objetivam a manter a dívida pública sob controle.

A conta pode ser alta e, como sempre, será paga pela população, na forma de mais **inflação** e menos emprego.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Pessimismo no Brasil afeta a AL (Editorial)

A falta de confiança na política econômica do governo estende-se por vários países da América Latina (AL), é mais acentuada em alguns deles, mas no Brasil adquiriu tal peso que, combinada com a importância do País na economia regional, fez despencar o Indicador de Clima Econômico (ICE) da região. Calculado pelo Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre/FGV), o ICE caiu de 101,4 pontos no terceiro trimestre de 2021 para 80,6 pontos no quarto. A percepção de instabilidade política e a persistência de corrupção também contribuíram para a deterioração do ambiente econômico da região.

A queda de 20,8 pontos é a segunda mais acentuada de toda a série iniciada em 1989 e só é superada pela redução observada entre o primeiro e o segundo trimestres do ano passado, período marcado pelos impactos mais fortes da pandemia de covid-19.

Além disso, o resultado interrompe, de maneira abrupta e acentuada, o ciclo de recuperação que se observava desde meados do ano passado.

A pandemia afeta menos a vida econômica e social graças, sobretudo, às medidas que evitaram sua expansão mais rápida e à vacinação que, embora prejudicada por governos como o brasileiro, vem cobrindo parcelas cada vez maiores da população.

Mas ainda representa uma ameaça. E afeta o ambiente econômico.

Problemas estruturais dos países latino-americanos persistem e preocupam. Falta de investimentos em pesquisa e desenvolvimento, infraestrutura precária, desigualdade de renda (que a pandemia acentuou) e falta de mão de obra qualificada, por exemplo, continuam a ser listadas entre os principais obstáculos para o crescimento.

Mas o ICE caiu no último trimestre do ano por razões conjunturais. O índice foi arrastado para baixo sobretudo pela redução de 55,1 pontos no Brasil, mais do dobro da queda na Argentina, o segundo país em que o clima mais se deteriorou entre os países pesquisados.

A pandemia atingiu a economia brasileira no momento em que ela operava em ritmo lento, num ciclo observado desde o fim da recessão de 2015 e 2016. À aguda queda da atividade econômica entre o segundo e o terceiro trimestres do ano passado, por causa da pandemia, parecia seguir-se uma recuperação rápida.

Mas o quadro mudou. O crescimento do Produto Interno Bruto (**PIB**) neste ano, em torno de 5%, mal será suficiente para repor as perdas de 2020. Para 2022, as previsões convergem para um crescimento em torno de 1% ou menos, fazendo o País retornar ao desempenho medíocre registrado antes da pandemia.

Inflação em alta - o que exige ação mais dura do Banco Central e resulta em dificuldades adicionais para o crescimento -, dólar caro, desemprego persistente, renda estagnada e política fiscal que gera desconfiança são os elementos que se acrescentam a um cenário ruim. Não surpreende que a confiança dos consumidores e dos empresários dê sinais de fraqueza. E que, em resumo, o clima econômico se deteriore de maneira tão acentuada. Com as políticas erráticas, quando não nocivas, do governo Bolsonaro, é difícil mesmo ver sinais de melhora.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

O difícil ambiente para a economia em 2022 - SERGIO LAMUCCI

SERGIO LAMUCCI

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187076?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187076?page=1§ion=1

Projeções indicam PIB "parado" no 3º tri

Ana Conceição e Hugo Passarelli

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187076?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187076?page=1§ion=1

Mercado põe "risco covid" novamente no radar

Adriana Cotias, Victor Rezende e Gabriel Roca De São Paulo

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187076

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187076

"Consumidor trocou celular por papel higiênico e comida na Black Friday"



Paula Soprana

Dos dez produtos mais vendidos durante a Black Friday no Mercado Livre, oito foram de supermercado, categoria que cresceu 540% em volume na edição deste ano do evento, que ocorreu na sexta-feira (26).

A **inflação** em alta deixou itens caros em segundo plano, e muitos consumidores com orçamento apertado adiaram a compra de celular para encher carrinhos com comida, papel higiênico e ração de pet.

A avaliação é de Fernando Yunes, que lidera a operação do Mercado Livre no Brasil. A plataforma representa cerca de 30% das vendas no mercado digital.

"As famílias com o poder aquisitivo pressionado queriam trocar de celular e resolveram segurar mais um pouco. Decidiram pegar promoções de itens de gasto recorrente, como papel higiênico, alimentos em bastante volume, produtos de cozinha, de limpeza, comida de pet", afirma Yunes.

Além da **inflação**, parte da população trocou de aparelho e adquiriu novos eletrônicos e eletrodomésticos no primeiro ano de pandemia. Com problemas de suprimento de peças e desvalorização do real, a indústria de tecnologia teve dificuldade para

repassar descontos ao consumidor final.

"Em relação ao preço histórico, pode haver essa percepção de que o evento não teve grandes descontos, mas a indústria se esforçou e os varejistas também", disse. "Quando o preço sobe 20% e, na promoção da Black Friday, o desconto é de 20%, o consumidor final -que não está preocupado com os custos, com a matéria-prima e com o dólar- pensa que é o mesmo preço de um tempo atrás."

Segundo Yunes, a plataforma ganhou participação de mercado. Dados do e-commerce apontam para crescimento de 5% a 6% no faturamento da Black Friday neste ano. Com o desconto da **inflação**, no entanto, as vendas ficaram até 5% menores na comparação com 2020.

Qual o balanço da Black Friday? De crescimento contra o ano passado no valor total vendido, mas com uma combinação diferente: a categoria de supermercados cresceu 540% em volume e 310% em GMV [valor bruto de mercadoria], então foi um crescimento muito forte, nos surpreendeu positivamente. Foram produtos de grandes parceiros, como GPA, Nestlé, Unilever, Ambev, Heineken, Big, entre outros.

As categorias de tíquete [valor] médio mais alto tiveram um desempenho que não se compara com o de supermercado, o que mostra uma mudança de mix do carrinho, com alta de produtos essenciais.

Como foi a venda de eletrônicos? Ainda foi a categoria que mais vendeu. A Black Friday é muito forte em eletrônicos, depois vem casa e decoração. Um dado interessante é que em todo o Mercado Livre o tíquete médio dos clientes cresce 1%, mas por dentro desse tíquete o que notamos é mais produtos no carrinho, só que produtos individualmente 11% mais baratos na comparação com o ano passado.

Então, em linhas gerais, **inflação** de 10%: os produtos que em 2020 custava R\$ 100, hoje mesmo com as promoções, custam R\$ 110. As pessoas compraram itens mais baratos a ponto de o valor médio de cada produto cair 11%. Em um momento de pressão no orçamento das famílias, esse foi o comportamento.

Quanto representou a mercearia entre os mais vendidos? Dos dez mais vendidos, oito foram itens de supermercado: leite condensado, bebidas, cerveja, achocolatado, cápsula de café. Para você ter uma ideia, de quinta (25) a sexta (26), vendemos mais de 4 milhões de produtos. Tudo já foi despachado e vamos entregar a Black Friday na segunda-feira (29).

Essa mudança no carrinho vem de mais tempo ou é pautada pela **inflação** em alta? É uma combinação de duas coisas. O Mercado Livre representa 30% do e-commerce, então dá para entender um pouco o que acontece na macroeconomia.

O primeiro ponto é a redução do tíquete médio e o segundo vem do nosso esforço de desenvolver a categoria de supermercados no online. Ela é líder de consumo no Brasil, mas a penetração digital era menos de 1%, agora está na casa de 2%.

Em relação ao cenário, acho que as famílias com o poder aquisitivo pressionado queriam trocar de celular e resolveram segurar mais um pouco. Decidiram pegar promoções de itens de gasto recorrente, como papel higiênico, alimentos em bastante volume, produtos de cozinha, de limpeza, comida de pet, que aumentou 370%.

O número de itens eletrônicos vendidos recuou, ao passo que o setor de cuidados pessoais e o de material de construção e ferramentas cresceram mais de dois dígitos.

Os vendedores conseguiram dar descontos como nos outros anos? Conseguiram dar desconto, mas a indústria vem passando os custos. Algumas registraram aumento de 10% a 30% no valor do produto, principalmente a indústria eletrônica, onde há falta de componente e o dólar impacta diretamente.

Quando o preço sobe 20% e, na promoção da Black Friday, o desconto é de 20%, o consumidor final, que não está preocupado com os custos, com a matéria-prima e com o dólar, pensa que é o mesmo preço de um tempo atrás. Esse produto está 20% mais barato do que será depois da Black Friday, mas é difícil a pessoa olhar para o preço e falar: "deixa eu comprar agora porque depois vai ser mais caro".

Em relação ao preço histórico, pode haver essa percepção de que o evento não teve grandes descontos, mas a indústria se esforçou e os varejistas também. Colocamos 20% a mais de investimento na comparação com o ano passado [a empresa trabalha com descontos financiados em parceria com os vendedores], mas mesmo assim essas categorias acabaram sofrendo.

O setor de tecnologia também vendeu muito no primeiro ano da pandemia. Também houve antecipação. A venda foi muito explosiva no ano passado e veio forte até o primeiro trimestre deste ano. Quem trocou geladeira não troca. Estamos no momento em que a economia fica difícil, mexe no grau de confiança das pessoas, daqui a pouco vem a eleição. O consumidor espera, compra o essencial.

Você mencionou 4 milhões de itens. A logística estava preparada para essa mudança, de saída de itens menores mas em nova escala? Na segunda-feira estarão na casa das pessoas. O investimento foi durante o ano, antecipamos que essa demanda por supermercado poderia surgir. Contratamos 2.000 pessoas só para a Black Friday, são hoje 12 mil trabalhando em logística. Teve todo o investimento em centros de distribuição, aviões, o evento poderia ter sido maior que iríamos atender. Estamos com 1 milhão de famílias que tira metade da renda do Mercado Livre, é uma obrigação a cadeia funcionar.

Os primeiros dados do e-commerce saíram. Apesar do aumento nominal, que sempre acontece, a **inflação** retraiu o faturamento. O que posso dizer é que ganhamos participação de mercado. Novembro foi muito forte. Um crescimento de 6% no e-commerce é baixo, a gente cresceu mais que isso. Neste ano, o crescimento é sobre lojas 100% abertas, então temos que ponderar que o e-commerce cresceu com as compras nas lojas físicas. No ano passado, foi totalmente online, neste ano, dividimos o bolo.

O resultado desta sexta muda a expectativa para a venda de Natal? Vamos manter o plano. É uma data com muitos presentes, roupas, mas seguiremos investindo forte em supermercado. As pessoas vão começar a usar muito essa categoria.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49744&anchor=6446234&pd=acf097a2a31dfc2f6e3e6f94f50e1cad>

Real supera pares em novembro e tem brecha para valorização

Marcelo Osakabe De São Paulo

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187076

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187076

Crescimento estrutural entra no radar do BC

Estevão Tair De Brasília

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187076

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187076